

Jornal **30 de Agosto**



Dezembro 2010

2011

**Um novo período de resistência,
lutas e conquistas!**



Companheiros e companheiras de travessia,

Em 2011 iniciamos um novo ciclo na organização política do Paraná. Após vitória no processo eleitoral, assume o governo do Paraná o Sr. Beto Richa e a presidência do país, a Sra. Dilma Rousseff. Abre-se assim um novo ciclo de lutas, mobilização, desafios, resistência e conquistas.

No último período tivemos avanços importantes em nível nacional e estadual no que tange ao fortalecimento do caráter público do estado e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade da educação pública ofertada à sociedade. Com a ampliação dos recursos para a educação, nossa carreira e nossos salários melhoraram. Conquistamos concursos públicos, os planos de carreira para professores e funcionários, a ampliação da oferta de ensino (retorno do ensino profissionalizante e do magistério), eleições para

diretores de escolas, a formação continuada com o PDE, entre outras. No entanto, estes avanços, por sinal, muito importantes, ainda não foram suficientes para alterar com maior solidez a dura realidade que enfrentamos no cotidiano da escola.

Assim é grande a expectativa dos educadores em relação aos novos governos.

Em nível nacional, um dos grandes desafios para o próximo período, sem sombra de dúvidas, é a aprovação e implementação do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos (2011 a 2020). O Brasil precisa de um projeto estratégico para a área da educação para que a sociedade avance do discurso fácil da importância da educação para políticas consistentes, articuladas e efetivas para melhorar o ensino brasileiro.

Em nível estadual, vamos precisar manter e consolidar todas conquistas do último período. Não será nada fácil. Além da equiparação salarial, um dos grandes desafios será o enfrentamento do enorme quadro de adoecimento de nossa categoria. Vamos precisar atuar com força na melhoria das condições

de trabalho dos professores e funcionários: a ampliação da hora-atividade, a redução do número de aluno por turma, a redução da nossa jornada, a melhoria da infraestrutura e dos prédios escolares, e a recuperação do reconhecimento social do trabalho dos educadores.

A grande pergunta que se faz é até que ponto a orientação política e a visão que o novo governo do Paraná tem do papel do estado entrará em choque com as necessidades da educação pública do Paraná. Esta equação será fundamental para entendermos e organizarmos nossa luta no próximo período.

Como sempre, vamos precisar de união, inteligência e organização para o próximo período.

A direção da APP agradece todo o apoio recebido neste ano e deseja a cada um e cada uma um feliz 2011.

Diretoria Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas

	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.656,57	1.739,40	1.826,37	1.917,69	2.013,57	2.114,25	2.219,96	2.330,96	2.447,52	2.569,88	2.698,38
Especialização	Nível II	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,96	1.362,86	1.431,00	1.502,55	1.577,68
Lic. Plena	Nível I	774,85	813,59	854,27	896,99	941,84	988,93	1.038,37	1.090,29	1.144,81	1.202,05	1.262,15
Lic. Curta	Nível Esp. III	658,63	691,56	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,75	1.072,84
Lic. Curta	Nível Esp. II	581,14	610,20	640,71	672,74	706,38	741,70	778,78	817,72	858,61	901,54	946,62
Magistério	Nível Esp. I	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,20	801,36	841,42	883,50
Auxílio transporte: 24% do Nível I - Classe 5 (art. 26) - R\$ 226,04												

Tabela Salarial dos Funcionários

Agente Educacional I				Agente Educacional II			
Nível		Nível		Nível		Nível	
Classe		Classe		Classe		Classe	
1	R\$ 700,45	19	R\$ 1.370,67	1	R\$ 1.050,68	19	R\$ 2.056,00
2	R\$ 727,07	20	R\$ 1.422,76	2	R\$ 1.090,61	20	R\$ 2.134,13
3	R\$ 754,70	21	R\$ 1.476,82	3	R\$ 1.132,05	21	R\$ 2.215,23
4	R\$ 783,39	22	R\$ 1.532,93	4	R\$ 1.175,07	22	R\$ 2.299,41
5	R\$ 813,15	23	R\$ 1.591,19	5	R\$ 1.219,73	23	R\$ 2.386,78
6	R\$ 844,04	24	R\$ 1.651,66	6	R\$ 1.266,07	24	R\$ 2.477,48
7	R\$ 876,12	25	R\$ 1.714,42	7	R\$ 1.314,19	25	R\$ 2.571,63
8	R\$ 909,41	26	R\$ 1.779,56	8	R\$ 1.364,13	26	R\$ 2.669,35
9	R\$ 943,97	27	R\$ 1.847,19	9	R\$ 1.415,96	27	R\$ 2.770,79
10	R\$ 979,84	28	R\$ 1.917,39	10	R\$ 1.469,76	28	R\$ 2.876,08
11	R\$ 1.017,08	29	R\$ 1.990,24	11	R\$ 1.525,61	29	R\$ 2.985,37
12	R\$ 1.055,73	30	R\$ 2.065,87	12	R\$ 1.583,59	30	R\$ 3.098,81
13	R\$ 1.095,84	31	R\$ 2.144,37	13	R\$ 1.643,77	31	R\$ 3.216,57
14	R\$ 1.137,49	32	R\$ 2.225,87	14	R\$ 1.706,23	32	R\$ 3.338,80
15	R\$ 1.180,71	33	R\$ 2.310,44	15	R\$ 1.771,06	33	R\$ 3.465,67
16	R\$ 1.225,58	34	R\$ 2.398,25	16	R\$ 1.838,36	34	R\$ 3.597,36
17	R\$ 1.272,15	35	R\$ 2.489,38	17	R\$ 1.908,23	35	R\$ 3.734,06
18	R\$ 1.320,50	36	R\$ 2.583,97	18	R\$ 1.980,74	36	R\$ 3.875,96

A tabela do QPPE pode ser acessada em nosso portal: www.appsindicato.org.br OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 216,14

AGENDA 2011

Dezembro

22/12

- Término do Ano Letivo.

23/12 a 02/01/11

- Recesso da APP-Sindicato.

Janeiro

13 a 16/01

- 31º Congresso Nacional da CNTE – Brasília.

Fevereiro

01/02

- Retorno dos(as) Professores(as) às Escolas Estaduais.

08/02

- Início do Ano Letivo.



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE

Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Edilson de Paula (Interino) • **Jornalistas:** Andréa Rosendo (4962-PR), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnísia Manguera (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Revisão:** Carlos Barbosa • **Foto da capa:** Guilherme Artigas • **Impressão:** WL Impressões.

• **Tiragem:** 58 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária Geral • José Rodrigues Lemos - Secretária de Política Sindical • Janeslei A. Albuquerque - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Áurea de Brito Santana - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretária de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretária de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Maria Madalena Ames - Secretária de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência

APP consegue garantir avanços neste final do ano

Mesmo diante de medidas do governo que desagradam a categoria, como a interrupção do PDE, sindicato assegurou vitórias

Diferente do esperado pela APP-Sindicato e pelos educadores, o ano de 2010 não se encerrou de maneira tranquila. A despeito de definições tiradas em diversas negociações com a categoria, o governo, no apagar das luzes desta gestão, tomou decisões que surpreenderam de maneira negativa os trabalhadores, bem como também deixou de cumprir acordos firmados publicamente. Exemplo disso foi o não pagamento de promoções e progressões aos educadores em datas anunciadas.

Apesar disso, a mobilização dos trabalhadores em educação (paralisações, debates, acompanhamento de votações na Assembleia Legislativa do Paraná, vigílias etc) conseguiu assegurar o cumprimento de itens importantes da pauta, a exemplo das implementações da dobra de padrão e da progressão dos funcionários de escola, bem como a conquista da lei do PDE.

A equiparação salarial infelizmente não foi conquistada este ano. No início do ano o sindicato encaminhou ao governo uma pauta com 33 itens. Na época, o sindicato já apontava a projeção de crescimento da receita do Estado, feita pelo Dieese, em relação ao ano anterior: em torno de 12%. Agora, no último mês do ano, a previsão se confirma, apesar das alegações do governo sobre não ter dinheiro para realizar a equiparação.

Mas esta reivindicação da educação, juntamente com muitas outras, foi levada ao centro dos debates du-



Categoria fez pressão e, no dia 13 de dezembro, governo confirmou avanços

rante o período eleitoral deste ano. A APP inclusive realizou, como vem fazendo nos últimos pleitos, o debate com os candidatos ao governo do Estado. Durante a atividade, o então candidato, e agora governador eleito, Beto Richa se comprometeu publicamente a realizar a equiparação.

Os outros itens da pauta, como a diminuição do número de alunos em sala de aula, o aumento da hora-atividade, a situação dos readaptados, a questão do porte das escolas e a melhoria no atendimento à saúde dos trabalhadores em educação também continuam pendentes. Por outro lado, conquistas importantes foram asseguradas, como a ampliação de vagas

nos últimos concursos para professores e funcionários de escola.

Para a presidente da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, “apesar dos desafios a categoria mostrou mais uma vez a sua força e deve, no próximo ano, manter a mobilização permanente, para assegurar a manutenção de direitos já alcançados e lutar pelas reivindicações ainda não atendidas.”, afirmou a presidente.

Categoria barra taxaço dos aposentados – Outro desafio que surgiu para os educadores neste final de ano foi o projeto de lei nº 483/2010, que trata da reestruturação do Plano de Custeio do Regime

Próprio de Previdência Funcional do Estado do Paraná. A proposta, encaminhada pelo governador Orlando Pessuti, prevê aumento da alíquota dos servidores da ativa e a retomada das contribuições dos aposentados.

No dia 7 de dezembro, durante uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná que debateu a proposta, os sindicatos integrantes do Fórum Estadual dos Servidores (entre eles a APP), contestaram os números utilizados pelo governo para justificar o projeto. Na ocasião, foi acordada a criação de uma comissão dos servidores para estudar o projeto.

Saiba o resultado da última negociação entre APP e governo

- ✓ **Pagamento dos professores PSS.**
- ✓ **Nomeação de 2.403 professores efetivos.**
- ✓ **Compromisso do pagamento de promoções e progressões em atraso aos professores e funcionários de escola.**
- ✓ **Compromisso de fazer a nomeação de 5.171 agentes de apoio aprovados no concurso de 2006.**



Mobilização mostrou, mais uma vez, força da categoria

BALANÇO: 2010: o ano que fechou um ciclo

Dezembro de 2010 não é apenas o último mês deste ano. Ao analisá-lo sob a perspectiva da luta da categoria, bem como da gestão do Estado, ele também é o final de um ciclo no qual o Paraná foi administrado por uma corrente política comandada pelo ex-governador Roberto Requião e, no término do mandato, por Orlando Pessuti.

A presidente da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, contabiliza que nos últimos oito anos os educadores fizeram mais de 15 paralisações, dezenas de debates setorializados (a maioria definido pelas circunstâncias) e de mo-

bilizações. Na Conferência Estadual de Educação realizada em agosto deste ano pelo sindicato, os mais de mil professores e funcionários de escola que participaram da atividade também fizeram uma avaliação do período.

“Neste balanço identificamos que foi uma época de retorno contundente da política pública à educação do Paraná. E isto aconteceu, também, devido à intervenção do sindicato nas muitas negociações e debates que tivemos com este governo, bem como nas mobilizações realizadas nas muitas vezes em que as relações se acirraram”, analisa Marlei. Para ela, dois dos

momentos mais simbólicos do período foram as conquistas dos Planos de Carreira.

“Em 2004, aprovamos o plano de carreira dos professores. Há 20 anos a categoria, mesmo após conseguir o Estatuto do Magistério, aguardava alcançar um amplo plano. Não consigo lembrar quantas reuniões fizemos com este objetivo. De lá para cá, também obtivemos a realização dos concursos de 2004, 2005, 2006 e 2007. Através deles foram nomeados mais 40 mil professores e quase 20 mil funcionários. E isto também é um aspecto estruturante e muito importante das nossas carreiras”, avaliou a presidente.

Funcionários de Escola – As conquistas dos funcionários de escola são um bom exemplo da evolução da luta dos educadores. Após 25 anos sem concurso público, o segmento conseguiu a realização dos concursos de 2005 e 2006 no Paraná. Um recado claro da categoria sobre a não tolerância às terceirizações. Além disso, a conquista da formação através do programa ProFuncionário e aprovação, em 2008, do Plano de Carreira do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) foram fundamentais na valorização desses educadores.

E mais: em âmbito nacional houve a conquista da profissionalização - através da 21ª Área Profissional de Apoio Escolar - e a lei 12.014/2009, que reconhece os funcionários devidamente habilitados como profissionais da educação (artigo 61 da LDB). Recentemente, também ocorreu a inclusão de cursos de formação dos funcionários de escola, em nível superior, no catálogo do Ministério da Educação (MEC).

“A conquista do plano foi fruto de grandes mobilizações, um processo de diálogo com a categoria e um intenso calendário de mobilizações”, afirma José Valdivino de Moraes, secretário de Funcionários da APP.

Reajustes diferenciados – Os educadores do Paraná também tiveram reajustes diferenciados neste período. Em 2004, com a implantação do Plano de Carreira, os professores tiveram uma média de 33% de reajuste. Depois, em 2007, foi implantado um reajuste de 17%.



Foto: Guilherme Artigas

No ano seguinte, após várias rodadas de negociações, o percentual concedido foi de 10%. O mais significativo é que os reajustes foram além da correção da inflação da data-base (por sinal, outra grande vitória de todos os servidores públicos do Estado).

Os funcionários de escola também foram beneficiados. Primeiro com o enquadramento, em 2006, no Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), o que significou um reajuste significativo. Depois, com a configuração do novo plano - o QFEB - que permitiu a aplicação imediata das promoções. Isto resultou em um incremento de salário, para os promovidos, que variou de 18,75% a

26,25% (dependendo do nível da formação).

Desafios no caminho - Em 2009, a direção da APP passou quase o ano inteiro discutindo o cargo de 40 horas, a ampliação do número de vagas dos concursos, o pagamento da data-base e a equiparação salarial. “Também tivemos alguns problemas debatendo a implementação da progressão dos funcionários de escola, que seria a primeira progressão já na nova carreira, bem como o aumento das vagas do PDE - que depois se tornou lei”, lembra Marlei. E o ano foi fechado com a prorrogação dos contratos temporários. “Mas tudo isso foi importante para começar 2010”, enfatiza.



Foto: Imprensa APP



Foto: Imprensa APP



Foto: Guilherme Artigas

Foto: Guilherme Artigas



Em 2010 – O ano iniciou com alguns problemas na distribuição de aulas, que felizmente foram superados. A consolidação da sobra de padrão também foi realizada, apesar de hoje existir o problema na fixação, o que obrigou a APP a entrar na justiça. “Não foi possível chegar a um entendimento”, lamenta a presidente da APP.

Mas este ano também trouxe vitórias históricas, a exemplo da aprovação da lei do PDE (130/2010), da conquista das eleições diretas no Colégio Estadual do Paraná, da prorrogação de vários concursos e do chamamento de milhares de concursados. “Por exemplo: tivemos a ampliação de vagas do concurso de 2006, dos funcionários, que já tínhamos prorrogado, em praticamente 8 mil vagas”, contabiliza Marlei.

Debates intensos, em diversas comissões de trabalho, também marcaram 2010. A Comissão da hora-aula para pedagogas(os), da qual a APP fez parte, concluiu os trabalhos dizendo que é correto que o Estado aplique também a hora-aula aos pedagogos e pedagogas. A aplicação deste entendimento será um dos itens

da pauta de negociação com o governo em 2011. O sindicato também atuou na Comissão de Avaliação, que levou seis meses fazendo o debate sobre uma nova proposta de avaliação para os educadores.

“Trabalhamos em uma proposta muito positiva. Já a entregamos, inclusive, ao futuro secretário de Educação, o senador Flávio Arns. A proposta fala de uma avaliação que não seja punitiva, que deverá detectar os problemas na formação continuada dos professores e funcionários para que eles sejam superados, e não simplesmente um modelo que diga: ‘Você está ruim, não serve, por isso a sua nota é baixa’. Muito pelo contrário, é a inversão que precisamos realizar”, explica Marlei.

Outros avanços de 2010 foram a efetivação das equipes multidisciplinares (que tratam das questões étnicorracial, da diversidade e da educação sexual nas escolas), a transposição de disciplina, que há muito tempo o Estado não regulamentava, e a luta para a implementação da progressão dos funcionários (que foi imple-

Foto: Guilherme Artigas



mentada, mas que ainda falta o pagamento dos atrasados).

“Então, mesmo com esse final de ano mais turbulento, sempre dissemos que 2010, um ano eleitoral, é complexo na nossa relação com o governo, bem como nas condições de realizar o trabalho. Início ou fim de governo sempre causam dificuldades ou facilidades no processo de negociação. Mas o importante é que a APP teve uma forte intervenção no cenário político, nas condições de efetivação da sua luta. Prova disso foi o debate com os candidatos ao governo do Estado, em que todos compareceram. Tudo isto demonstra a importância e força da nossa categoria”, destaca a presidente.

PERSPECTIVAS PARA

2011

A pauta continua longa. Desde 3 de outubro a direção da APP tem feito reuniões com o próximo secretário de Educação do Estado e vice-governador eleito, Flávio Arns. A preocupação é manter as políticas educacionais conquistadas ao longo dos últimos oito anos.

Dentro dessa perspectiva, já no início do ano, a equiparação salarial continua sendo o principal item da pauta. O governador eleito Beto Richa assumiu este compromisso com os educadores. A partir de janeiro a APP-Sindicato inicia as negociações para colocar os patamares desta implementação em prática.

Outra cobrança é a nomeação dos aprovados em 2007 e realização de novos concursos públi-

cos. A APP defende a ampliação do quadro de estatutários e regularização dos 27 mil contratos precários que existem na rede estadual de ensino.

Os planos de carreira feitos em 2004 e 2008 precisam de adequações, como por exemplo, a inclusão de mestrado e doutorado para professores, e graduação e especialização para Agente I e Agente II.

A saúde é o grande desafio para 2011. A APP-Sindicato, juntamente com o Fórum dos Servidores Públicos do Paraná, quer um novo modelo de atendimento da saúde no Paraná já nos seis primeiros meses do ano.

O sindicato também vai lutar pela implementação da Lei do Piso e da aprovação do Plano

Nacional de Educação, que prevêem a diminuição de alunos por sala de aula, aumento da hora atividade, dispensas para estudos dos profissionais da educação, aumento dos recursos para Educação de 5 para 7% do PIB e para 10% em 2014, entre outros. Essas lutas nacionais interferem diretamente na realidade estadual.

É grande a expectativa da categoria com a nova gestão. Há uma enorme preocupação com a orientação política e a visão do papel do Estado do novo governo. “Será fundamental a organização e a disposição de luta da categoria em torno da APP-Sindicato”, apontou Luiz Carlos Paixão da Rocha secretário de Imprensa e Divulgação da APP.

Vem aí o 31º Congresso Nacional da CNTE

A APP-Sindicato, de 13 a 16 de janeiro de 2011, participará do 31º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com uma delegação de 110 educadores. Eles estarão reunidos com os 2500 trabalhadores em educação indicados por 41 entidades filiadas à CNTE para debater temas que estão na pauta nacional da educação pública e para eleger a nova direção da CNTE. O evento acontecerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Para a secretária Educacional da APP, Janeslei Aparecida Albuquerque, o tema do congresso deste ano, “O

PNE (Plano Nacional de Educação) na Visão dos Trabalhadores em Educação”, já indica o plano de ação que os educadores terão pela frente. “Nossa luta será a de convencer parlamentares e autoridades da importância de investimentos na área de a educação. Queremos que todos os apontamentos que fizemos sejam consumados e que no PNE prevaleça o ponto de vista dos trabalhadores da educação. Sem investir fortemente na formação inicial dos educadores, não teremos educação pública de qualidade nem daqui a cem anos”, ressaltou.

Segundo Janeslei, a APP defende que a formação inicial dos profes-

sores, a graduação, seja feita exclusivamente de forma presencial. “As excepcionalidades estão previstas no próprio plano, uma vez que não somos contra a incorporação das possibilidades oferecidas pela tecnologia; somos contrários a sua banalização e ao barateamento da formação docente. Quem paga o preço da formação deficitária de um professor, de uma professora, são sempre as crianças, os jovens e os adultos estudantes, bem como toda a sociedade”, destacou.

Novo PNE - O ministro da Educação, Fernando Haddad, entregou o projeto de lei do novo PNE, que irá

vigorar na próxima década, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 14. O documento de 14 páginas estabelece 20 metas a serem alcançadas pelo país até 2020. Cada uma delas é acompanhada de estratégias para que se atinjam os objetivos delimitados. Algumas determinações já foram previstas em leis aprovadas recentemente ou fazem parte do PNE ainda em vigor. O presidente Lula encaminhará o projeto de lei ao Congresso Nacional, que começará a discussão do texto na próxima legislatura. A previsão é que o novo PNE possa ser aprovado até o fim do primeiro semestre de 2011.

Proposições da sociedade

A proposta do PNE elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), reuniu as proposições da sociedade brasileira expressas durante a Conferência Nacional de Educação (Conae). Realizada em abril deste ano, com mais de três mil participantes, a Conae consolidou o conjunto de discussões realizadas por diversos setores da educação que apontaram as diretrizes do documento em etapas municipais e estaduais que antecederam a etapa nacional.

As principais propostas - e que poderão gerar impasses - estão relacionadas ao orçamento destinado à educação. Os trabalhadores da educação querem mais investimentos para a capacitação/formação, qualificação e valorização dos educadores. A ampliação de recursos traduz-se em melhorias para a educação pública e qualificação do ensino oferecido ao povo brasileiro. Por isso os movimentos docentes defendem a vinculação do PNE ao Produto Interno Bruto (PIB).

A meta é que o Estado invista 7% dos recursos do PIB no ano que vem e 10% até 2014. Hoje, o montante de recursos investidos está em torno de 5%. Essa proposta é a mesma construída nos Congressos Nacionais de Educação da década de 1990

que resultaram no atual PNE, cuja vigência se extingue em Janeiro de 2011. “Um terço das metas foram alcançadas, em consequência dos vetos apostos ao Plano quando este foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A falta de garantia de financiamento para alcançar as metas comprometeu sua efetivação”, lembrou Janeslei, uma das delegadas da Conae.

A secretária enfatiza que os educadores irão defender o investimento de 7% do PIB, lutar pela aplicação do PSPN – Lei 11.738) e pela formação continuada, que é uma forma de promover a valorização dos professores e funcionários de escolas. “A nossa pauta também é pela inclusão social, cobrando do governo a criação de escolas indígenas, quilombolas, que promovam a educação no campo e acima de tudo um maior investimento em creches. Não é possível em pleno século 21 que as mães desse país tenham que tirar dinheiro da comida dos filhos para gastá-lo com creches ou que as crianças pobres tenham negado o seu direito à educação infantil”, refletiu.

José Valdivino, diretor estadual da APP-Sindicato e integrante da direção estadual da CNTE, diz que a expectativa é que se tenha um congresso histórico. Todos os esforços estão voltados para que se faça um debate de qualidade no Congresso. O Paraná tem um papel importante



neste cenário nacional. Nossa experiência de luta e conquistas do último período são reconhecidas em todo o país.

Para o professor Luiz Carlos Paixão da Rocha, diretor da APP-Sindicato, “sairemos do congresso organizados nacionalmente para aprovar um Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos que contemplem aqueles que historicamente têm defendido a educação pública de qualidade para todos e a valorização dos profissionais da educação”.



Funcionários avaliam conquistas em 2010

Os funcionários de escola fecham 2010 com motivos para comemorar. Vários projetos que estavam pendentes tiveram um desfecho positivo. Para compreender o momento atual é preciso analisar os últimos 20 anos de atuação dos funcionários nas escolas da rede pública. Hoje a categoria vive um processo de valorização e reconhecimento de sua participação no processo educativo. Mas, há pouco tempo, a maioria dos funcionários tinha contratos precários, baixos salários, não recebia treinamento e nem tinha direito a avanços na carreira.

Um dos momentos marcantes desta trajetória inicia em 2005, com a regulamentação do Eixo Profissional de Serviço de Apoio Escolar e oferta da formação profissional através de cinco cursos técnicos de nível médio pelo ProFuncionário.

De acordo com um relatório elaborado pelo Departamento da Educação e Trabalho da Seed sobre o ProFuncionário, de 2006 até dezembro de 2009, 8.360 pessoas foram capacitadas. Em 2010 houve abertura de 1860 novas vagas e até o final do ano há previsão de novas turmas. A Seed também estuda oferecer a profissionalização aos funcionários da rede municipal de ensino.

O Secretário de Funcionários da APP-Sindicato, Valdivino de Moraes, lista a aprovação do Plano de Carreira dos Funcionários como outra importante conquista. “Compreendemos que a aprovação da Lei 123/08 foi um grande avanço, porém há ainda reivindicações importantes dos funcionários não contempladas. É por isso que vamos continuar lutando”.

Concursos Públicos

Valdivino de Moraes lembra que após 20 anos sem a realização de concursos públicos para funcionários nas escolas do Paraná, hoje a categoria comemora. “De 4.800 funcionários efetivos, passamos para 17.363. Porém, ainda permanecemos com 9.199 funcionários contratados precariamente (ParanáEduca-



Foto: Guilherme Artigas

Concursos e plano de carreira mudaram a realidade dos funcionários

ção, CLT e PSS). Destes temporários, 5.171 estão sendo chamados para exames médicos e em breve serão incluídos no Quadro de Estatutários. Agora, lutaremos para mudar a realidade dos 4.028 funcionários que permanecem em condições desiguais”, finaliza o secretário.

Perspectivas para 2011

- Efetivar a contratação dos 5.171 funcionários, ampliar vagas para os outros 4.028 temporários, ampliar vagas no ProFuncionário para chegar a 100% dos funcionários profissionalizados na rede estadual e criar oferta de curso regular para a população que queira participar de concurso público nas condições de profissional da educação.
- Aprovar no Congresso Nacional a Lei Federal 2.738/03 que cria o Piso Salarial Profissional Nacional para os funcionários da Educação e a PLC 280, que regulamenta o artigo 62 da LDB tornando obrigatória a formação dos funcionários seguindo o exemplo da formação dos professores, que

iniciou o processo de obrigatoriedade em 1961.

- Criação da oferta de curso superior para funcionário da Educação em Universidades Públicas.

- Melhorar o Plano de Carreira no Paraná, com a criação uma Promoção por curso superior para os funcionários do cargo Educacional I, criação da Promoção por título de pós-graduação para os funcionários do cargo Educacional II, criação de um dispositivo que garanta uma promoção por tempo de serviço para os funcionários que já atuavam antes das mudanças na lei, e equiparação de vencimentos entre o cargo Educacional I e Educacional II com a mesma habilitação profissional a partir da formação do ProFuncionário, até o curso superior e pós-graduação.

Na avaliação de Valdivino “entendemos que uma profissional formada para atuar como técnica em alimentação escolar ou infraestrutura em meio ambiente escolar tem o mesmo nível de formação de uma profissional que atua como técnica em secretaria escolar, técnico em multi-meio escolar (bibliotecas, laboratórios) e ou uma professora formada em magistério. Desta forma, já estaremos construindo uma carreira que será facilmente adaptada para a implementação do PSPN para todos os profissionais da educação”.

“Temos que continuar lutando, aumentar a organização dos funcionários com mais sindicalizações, consolidando-o como segmento forte e assim fortalecer ainda mais a luta geral dos educadores do Paraná”, finalizou Valdivino.

Compreendemos que a aprovação da Lei 123/08 foi um grande avanço. Porém, temos outras reivindicações dos funcionários que não foram contempladas. É por isso que vamos continuar lutando.

Reconhecimento Legal dos Funcionários

2005 | Publicação da Resolução que cria a profissão dos Funcionários da Educação

| Criação do ProFuncionário

2006 | Início da oferta dos cursos do ProFuncionário

| Alteração do Artigo 206 da Constituição Federal, que estendeu o conceito de profissional da Educação aos funcionários

2008 | No Paraná, aprovação e publicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Funcionários

2009 | Publicação da Lei Federal 12.014/09, que altera o artigo 61 da LDB e regulamenta o artigo 206 da Constituição Federal e inclui o funcionário como profissional da educação.

2010 | Publicação e homologação da Resolução que cria as Diretrizes Nacionais de Carreira aos Funcionários
Publicação no Catálogo do MEC do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares para os funcionários

Secretaria de Municipais comemora aprovações de PCCRs em todo Paraná

Em 2010 aproximadamente 30 Planos de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) foram aprovados graças ao trabalho da equipe da Secretaria de Municipais da APP-Sindicato e dos Núcleos Sindicais

Na prática isso significa que em todos os municípios onde foram aprovados os Planos de Carreira, há um conjunto de garantias legais que facilitam a vida dos educadores. Onde não há PCCR, os educadores negociam diretamente com a prefeitura. Com a aprovação, os professores municipais passam a ter os mesmos direitos de um professor da rede estadual e se equiparam em termos de legislação, sem falar da discussão pedagógica, da avaliação de desempenho e da formação continuada.

A aplicação prática dos planos aprovados exige ainda mais trabalho. A Secretaria de Municipais orienta sobre a importância da formação das comissões dos professores municipais, encarregadas de fazer com que as leis sejam cumpridas e fiscalizadas pelos próprios trabalhadores da Educação.

Desafios para 2011

O desafio da Secretaria de Municipais é atuar em conjunto com a Secretaria de Funcionários na luta pelo reconhecimento dos funcionários de escola como Profissionais da Educação. Hoje, os funcionários das escolas municipais vivem uma realidade distante da ideal. Ficam à disposição da prefeitura e não têm a garantia de atuação exclusiva na Educação.

A meta é a profissionalização destas pessoas, criando a possibilidade de participação em programas como o ProFuncionário, criado pelo Go-

verno do Estado. “Além de ampliar os municípios sindicalizados, temos o desafio de manter e aumentar as sindicalizações dos que já estão conosco e isso só será possível através de um bom atendimento, proporcionado com o aumento da estrutura da Secretaria”, explica o secretário de Municipais, Edilson Aparecido de Paula.

Fazem parte da equipe da Secretaria de Municipais, o Secretário Edilson Aparecido de Paula, assessores Augusto Duarte e José Carlos dos Santos, a funcionária Josi Delgado e a advogada Simone Aparecida Lima da Cruz. Somos poucos para atendermos a muitos, mas temos nos esforçado muito, declara Edilson.

Projeto Piloto em Fazenda Rio Grande – Estão sendo finalizados os estudos financeiros e legais sobre a viabilidade de inclusão dos funcionários municipais no Quadro da Educação, atendendo a princípios defendidos pela APP, discussão que foi garantida depois de intensa mobilização, greve e discussão com o Executivo local. Após concluído, esse trabalho servirá de base para a integração e unificação de professores e funcionários municipais em outras localidades.

“Muito foi feito, mas muito temos por fazer e isso só será possível com a participação de todos: Direção Estadual, Direções Regionais, e Comissões locais. No início de 2011 a Secretaria confeccionará material específico mais detalhado. Bom trabalho a todos”, deseja o Secretário Edilson Aparecido de Paula.

Confira abaixo uma amostragem da situação dos municípios atendidos pela Secretaria de Municipais:

Plano de Carreira

Aprovados - Cândói, Barbosa Ferraz, Rancho Alegre, Ampére, Assaí, Altônia, Jaboti, Bela Vista Paraíso, Rio Branco do Ivaí, Marialva, São Pedro do Ivaí, Grandes Rios, Lunardelli, Congoinhas, Uraí, Rio Bonito do Iguaçu, Inácio Martins e Tapira, Braganey, Rio azul, Joaquim Távora, Pinhalão, Adrianópolis, Piraquara, Guairaçá, Marilena, Nova Olinda, dentre outros...

Em andamento – Jesuítas, Cambará, Santo Antônio da Platina, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Catanduvas, Céu Azul, Três Barras do Paraná, Santo Antônio do Sudoeste, Campina do Simão, Prudentópolis, São João do Triunfo, São João do Ivaí, Conselheiro Mairinck, Jacarezinho, Tomazina, Figueira, Mandaguari, Bocaiuva do Sul, Colombo, Piraí do Sul, Fazenda Rio Grande, Tijuca do Sul, Ortigueira, Porto Amazonas, marechal, Cândido Rondon, São Pedro do Iguaçu, Alto Piquiri, Cafezal do Sul, Nova Olímpia, Itaipulândia, Ivaiporã, Goioxim, Reserva, Imbaú, Ventania, Piraí do Sul, Telêmaco Borba, Japira, Sapopema, Nova Santa Bárbara, Tamarana, Quitandinha, Ribeirão do Pinhal, Bom Sucesso, Balsa Nova, Ibema, Amaporã, Nova Londrina, Santa Isabel do Ivaí, Farol, Lunardelli, dentre outros...desses, alguns em conclusão e outros em estágio de discussão inicial ou mais avançados.

Com a Campanha de Sindicalização 2010, a APP ultrapassa 60 mil sindicalizados

A Campanha de Sindicalização 2010 da APP-Sindicato - “Quem luta, Educa!” - atingiu a meta proposta pela Secretaria de Sindicalizados. De acordo com a secretária estadual da pasta, a secretária Maria Madalena Ames, o objetivo era ampliar e fortalecer a ação da entidade sindical, com a adesão de novos trabalhadores/es da educação sindicalizados. Até o mês de outubro desse ano, 6.000 novos educadores aprovaram as lutas constantes e coletivas da APP em prol de benefícios a toda a categoria.

A APP, que já lidera a maior base sindical de servidores públicos estaduais, agora conta com 60.227 sindicalizados. Para alcançar o objetivo proposto, a professora Madalena, da base do núcleo sindical da APP em Foz do Iguaçu, explica que foram desenvolvidas várias ações. “Confec-

cionamos vários materiais de campanha, dentre eles a cartilha do sindicalizado. Por meio dela fizemos um breve resgate histórico das conquistas da APP nestes 63 anos de existência, a qual consolida espaço e respeito em todos os segmentos da sociedade, tornando-se referência nas lutas por educação. Também anexamos na cartilha os planos de carreira dos professores e dos funcionários e os benefícios que a entidade oferece aos seus sindicalizados”.

A Campanha Estadual de Sindicalização - coordenada pela Secretaria Estadual de Sindicalizados da APP-Sindicato - conta também com a participação e empenho da diretoria Estadual, da diretoria dos 29 núcleos sindicais, conselho estadual, conselhos regionais e conselho fiscal.



QUEM LUTA, EDUCA!

APP SINDICATO
Em defesa da escola pública

Sindicalize-se

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO 2010
www.appsindicato.org.br

XII Encontro dos Educadores Aposentados apontou rumos para o futuro

A Secretária Estadual de Aposentados realizou de 27 a 29 de outubro, em Praia de Leste, o XII Encontro Estadual de Trabalhadores (as) em Educação Aposentados (as) da APP-Sindicato. A atividade reuniu mais de 300 delegados, vindos dos 29 núcleos sindicais espalhados por todo o Estado.

O tema deste ano foi “Uma longa caminhada começa com o primeiro passo. Aposentados/as: Guerreiros e Guerreiras ontem, hoje se sempre”. Na avaliação da professora Tomiko Falleiros, secretária de Aposentados da APP-Sindicato, o encontro discutiu temas importantes como as Diretrizes de Carreira Nacional e o impacto na aposentadoria, a paridade, a isonomia entre os trabalhadores da ativa e os aposentados, a isenção da contribuição previdenciária, o enquadramento no último nível do Plano de Carreira e a saúde. “Estes temas devem ser continuamente discutidos nos coletivos regionais, após o Encontro Estadual, para que o segmento tenha uma posição clara e consolidada nas mobilizações da categoria”, explica Tomiko.

Entre as conquistas, ela destaca a estabilidade, a regularização e a reposição salarial, elevação de nível, pagamento de quinquênios, adicional noturno, hora atividade, auxílio transporte, 13º salário, Plano de Carreira, entre outros benefícios.

O desafio agora é a manutenção dos direitos conquistados e a busca da ampliação de benefícios para os aposentados/as.



O encontro teve vários momentos de descontração

Encontro Nacional de Aposentados - A secretária Tomiko participou, nos dias 26, 27 e 28 de agosto, em Recife, do 8º Encontro Nacional de Trabalhadores/as em Educação Aposentados/as da CNTE. A delegação da APP contou ainda com a presença das secretarias de aposentados dos núcleos sindicais de Lon-

drina (Rosemary dias Costa), de Guarapuava (Zuleika Maria M. Lima), de Umuarama (Neusa Miguel Loureiro) e do Curitiba Norte (Maria Vany F. da Silva).

As propostas dos aposentados serão apresentadas no 31º Congresso Nacional da CNTE, em janeiro de 2011.

Equipes Multidisciplinares fortalecerão Educação das Relações Etnicorraciais

A Resolução Nº 3399/2010 da Seed regulamenta a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e em todas as escolas da rede estadual. As equipes devem orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Etnicorraciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. As Equipes dos NREs serão compostas por, no mínimo, quatro integrantes: um do Nerea, que será Coordenador da equipe, um de História e Cultura Indígena, um da equipe disciplinar e um representante dos movimentos sociais ligados à população negra e indígena.

Benefícios na carreira - Os integrantes dessas equipes que participarem das atividades formativas realizadas receberão certificação para progressão no Plano de Carreira do Magistério Público do Paraná, conforme Resolução própria, que dispõe sobre a pontuação dos eventos de formação e/ou qualificação profissional e produção do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná.

As Equipes se constituem por meio da articulação das disciplinas da base nacional comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Encontro do Coletivo Estadual de Promoção da Igualdade Racial da APP - Educadores definem estratégias para buscar efetivação das leis e das políticas públicas de ações afirmativas

MEC vai distribuir 8 mil livros sobre história da África

Durante o lançamento da coleção sobre história geral da África, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que 8 mil exemplares serão distribuídos para todas as bibliotecas públicas do país até fevereiro de 2011. Segundo ele, não basta a vontade de querer cumprir a Lei 10639/03 [que inclui o estudo da cultura e da história da África como conteúdo obrigatório em todas as escolas brasileiras], é preciso esforço.

Haddad afirmou também que a coleção enriquece a cultura do país e inaugura uma linha de pesquisa no Brasil sobre a história da África.

Para o secretário de Educação Continuada do MEC, André Lázaro, o lançamento dos livros tem um significado histórico, uma vez que representa uma transformação cultural no país e uma tentativa de superar o racismo, além de reconhecer esse problema social. O coordenador do

projeto, Válder Silvério, concorda que a obra vai ajudar a despertar a curiosidade de jovens pesquisadores no país. Para ele, o material serve de referência e também fornece “um conhecimento do que somos enquanto povo e enquanto nação”, concluiu.

Direitos Humanos foi tema final do curso 'Relações de Gênero, Etnicorraciais e Diversidade Sexual'

A IV e última etapa deste ano do curso de extensão 'Relações de Gênero, Etnicorraciais e Diversidade Sexual' promovido pela APP-Sindicato em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) promoveu o debate "Políticas Públicas e Direitos Humanos". Nos dias 03 e 4 de dezembro, em Curitiba, aproximadamente 70 educadores cursistas oriundos dos 29 núcleos sindicais da APP acompanharam exposições de palestrantes sobre implementações de políticas públicas nos segmentos gênero, etnicorracial e comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

Neste último encontro, a mesa redonda fez um recorte do Plano Nacional de Direitos Humanos. Na ocasião, os cursistas acompanharam explicações de representantes da coordenadora do Curso na UTFPR, a professora doutora Nanci

Stank, da Rede de Mulheres Negras do Paraná, do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado e Educação (NGDS/Seed) e da psicóloga e pesquisadora da temática racial com estudo sobre a 'Identidade Racial e a Política de Ações Afirmativas', Crisfanny Souza Soares, que fez parte da primeira turma de cotas raciais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para a secretária de Gênero e Igualdade Racial da APP, Lirani Maria Franco, a implementação de políticas públicas nos Direitos Humanos são orientadas por convenções internacionais. Isto é, interligam temas de combate ao preconceito e desigualdades baseados nas questões de gênero, etnicorracial e diversidade sexual. Para ela, iniciativas que lutam para que as mesmas sejam efetivadas devem ser comemoradas pela sociedade. "Essas convenções e es-



Foto: Vainísia Mangueira

Debates sobre Direitos Humanos e implementação de políticas públicas encerram curso de formação da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial

ses espaços que temos são possibilidades. É importante reverenciar o trabalho de quem está à frente para manter essas políticas nas universidades, nos sindicatos, na administração pública, na UTFPR, na Seed, e outros. Na UFPR, os

estudantes que estão exercendo esse direito, que é a ação afirmativa, e que contribuem posteriormente com pesquisas na área nos dão base para consolidar a nossa defesa pela implementação dessas políticas", finalizou.

Educadores/as ligados/as a vários sindicatos do país têm levado a problemática da Aids às escolas

Para marcar a Dia Mundial da Luta contra a Aids, em 1º de dezembro, a APP-Sindicato elaborou o folder "O que você sabe sobre DST/Aids?". Este trouxe informações sobre relação sexual segura, transmissão do HIV, uso de preservativos e, entre outros, referências de locais onde são feitos testes gratuitos de HIV/Aids. O material foi utilizado nas diversas mobilizações ocorridas nos 15 núcleos sindicais da APP.

No Brasil estima-se que sejam 630 mil pessoas - de 15 a 49 anos - infectadas pelo HIV. Destas, 172 mil são mulheres, o que aponta que cada vez mais há uma tendência da feminização da doença. Para reverter este quadro, o MEC (Ministério da Saúde) e o MS (Ministério da Saúde), realizam em todo o País o Seminário de Formação SPE (Saúde e Prevenção nas Escolas). No Paraná, o Seminário Estadual de Saúde e

Prevenção das DST, HIV e AIDS foi realizado pelo GGE (Grupo Gestor Estadual), do qual a APP-Sindicato faz parte junto à SESA (Secretaria de Saúde) e a Secretaria de Estado da Educação por meio do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (Seed/NGDS).

Segundo a secretária de Gênero e Igualdade Racial da APP, Lirani Maria Franco, há mais jovens mulheres infectadas pelo HIV do que jovens homens. "Acreditamos que este tema abre espaço para a discussão da desigualdade de gênero. Por isso, nas escolas de todo o Brasil e também nos sindicatos cresce a certeza de que é preciso quebrar tabus e preconceitos e discutir as DST/AIDS. Hoje, os dados mostram que além de atingir a população feminina de todas as faixas etárias, e da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais), a doença também tem aumentado entre os/as jovens", enfatizou.

EPT-DST/AIDS - Educação e Saúde - O Programa EPT (Educação Para Todos) é uma iniciativa da Internacional de Educação (IE) - uma entidade sindical internacional que reúne 401 organizações afiliadas em 172 países, dentre elas a CNTE. A IE em parceria com a CNTE e os Ministérios da Educação e da Saúde, desenvolvem desde 2007, o Projeto EPT-DST/AIDS/Brasil, cujo objetivo é integrar as ações governamentais com os sindicatos ligados à educação, formando atores que lutem nas escolas de todo o Brasil, contra a propagação das DST/AIDS. No Brasil são 20 sindicatos filiados à CNTE que estão desenvolvendo ações em seus Estados.

Dados sobre a Aids - O relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) mostra que houve queda de 20% de novas infecções em todo o mundo nos últimos 10 anos. No Paraná, a Secretaria de Estado da Saúde estima que atualmente cerca de 21 mil pessoas sejam portadoras do vírus. Dentre os 50 municípios mais afetados no Paraná, estão: Sarandi, Paranaguá, Pinhais, Castro, Curitiba e Telêmaco Borba. Em Curitiba, o Centro de Epidemiologia da Secretaria Municipal da Saúde traz dados de que em torno de 11.000 pessoas estejam vivendo com HIV/Aids.

Secretaria de Saúde e Previdência cobra mudanças no SAS

Os educadores querem a aprovação do anteprojeto de Lei “Plano Diretor de Saúde Ocupacional (PDSO)”

Para o secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, Idemar Beki, os educadores terão duas grandes prioridades no novo governo. A equiparação salarial e a implantação de um novo Sistema Médico Hospitalar. “Todos os nossos esforços e mobilizações no início de 2011 serão para conquistar um novo Sistema Médico Hospitalar e lutar pela aprovação do anteprojeto de Lei “Plano Diretor de Saúde Ocupacional (PDSO)”, que vai melhorar e organizar os locais de trabalho dos servidores públicos estaduais através de programas, projetos e ações, explica o secretário.

Idemar deixou bem claro na reunião do dia 8 de novembro, com o futuro vice-governador e Secretário de Educação Flávio Arns, que a categoria vai cobrar a equiparação anunciada durante a campanha eleitoral pelo Governador Beto Richa e exigir um Novo Sistema de Saúde que atenda as necessidades da categoria. “Somos o maior quadro de servidores do estado e o que mais sofre com o colapso deste atual sistema chamado SAS. Atualmente, mais de 200 mil servidores públicos dependem do SAS. Somando os dependentes, em torno de 400 mil pessoas dependem deste sistema”, completa ele.



O professor Paulo Perna, da UFPR, no Colégio Cataratas em Foz do Iguaçu

Atividades da Secretaria de Saúde e Previdência

Durante este ano a equipe da Secretaria de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, formada pelo secretário Idemar Vanderlei Beki, o assessor Edevalter Inácio Bueno e a funcionária Cristiane Aparecida Januário, atuou na orientação, esclarecimento e conscientiza-

ção dos educadores em diversos seminários regionais de Saúde, visitas às escolas e atendimento geral ao público.

Em destaque, estão visitas aos Colégios Agrícolas em todo Paraná e ao Colégio Florestal de Irati, onde os funcionários correm mais riscos de saúde. Nestes lugares, os fun-

cionários atuam em ambiente escolar diferenciado, com máquinas agrícolas, produtos químicos, agrotóxicos e estão expostos às intempéries do trabalho ao ar livre.

Outra atuação importante foi feita junto ao Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh), programa que leva professores da rede estadual a diversos hospitais do Estado e permite que as crianças internadas continuem seus estudos.

Vários encontros marcaram 2010. O Seminário “Saúde dos Trabalhadores”, idealizado pelo NS Foz do Iguaçu, da presidente Tanea Maria Costa de Jesus, debateu saúde pública, realidade do SAS e defesa do SUS, pautas permanentes da categoria.

Neste encontro ficou definido que é preciso implementar um Novo Modelo de Sistema Médico Hospitalar para o SAS, baseado no Ipe-Saúde do Rio Grande do Sul. Confira as mudanças propostas, referendadas pelo Fórum dos Servidores Públicos do Paraná:

1. Gestão Paritária do Sistema, composta por seis representantes dos trabalhadores e seis representantes do governo, como é feito no Conselho Administrativo do Ipe-Saúde no RS.

2. Pagamento por procedimentos ou serviços realizados pelos hospitais e não por captação global como acontece hoje no SAS. O ideal é o pagamento por número de vidas existentes nas diversas regiões do Estado.

3. Descentralização do Sistema, atendimento em praticamente todos os municípios do Estado. O modelo gaúcho garante convênio com mais de 300 hospitais e 500 clínicas.

4. Mais recursos financeiros para o novo sistema. Atualmente são destinados R\$106,5 milhões. Seria preciso dobrar este valor, segundo o próprio governo.



O secretário de saúde Idemar Beki acompanha seminários de saúde realizados em todo Paraná

CUT lança Resolução da Direção Nacional e define estratégias para 2011

A resolução da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aprovada no início de dezembro, define as futuras ações da central. O documento traz um breve relato da conjuntura internacional e nacional e aponta o plano de trabalho da CUT para o ano que vem. O destaque da Resolução é a Plataforma da CUT, material produzido pela classe trabalhadora e que foi entregue aos candidatos aos governos estaduais e federal. Esta será uma ferramenta de referência e mobilização para transformar as diretrizes da Plataforma da CUT em bandeiras de luta, ações concretas e políticas públicas. A entidade também estará focada em articular a realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que se inicia com conferências municipais e estaduais a partir de março de 2011 e culmina com a etapa nacional em maio de 2012.

A CUT reafirma o compromisso em lutar contra as políticas neoliberais. Engaja-se no fortalecimento da América Latina, que continua sendo

um espaço avançado de construção anti-neoliberal e, no próximo período, prioriza uma agenda que debata com a sociedade o projeto de nação para os próximos 10 anos. A Jornada pelo Desenvolvimento será a principal estratégia e acontecerá por meio da combinação da mobilização e negociação das propostas contidas na Plataforma da CUT. “Uma estratégia de desenvolvimento que tenha como centro o trabalho não pode prescindir de uma política econômica ousada, que articulada, às demais políticas públicas, oriente o país para alcançar elevadas taxas de crescimento com sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, da desigualdade de renda, das disparidades regionais e um sistema de proteção social”, diz a Resolução.

Para o secretário de Imprensa da CUT-Paraná, Miguel Baez, a central teve um papel importante durante o Governo Lula. Por meio de mobilizações e pressão buscou uma nova dinâmica macroeconômica e novo reposicionamento público do Estado.

“A CUT defendeu um projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e valorização do trabalho, de desenvolvimento interno brasileiro e de regulação pública do desenvolvimento também. Foi a primeira organização popular do país a apontar saídas para a crise e fez essa posição ecoar nos fóruns sindicais internacionais. A eleição de Dilma marca um novo período político que deve ser marcado por avanços democráticos na construção do Brasil. Por isso, a CUT quer garantir uma interlocução permanente no novo governo”, revela.

Desafios – Segundo a CUT nacional, o desafio é aprofundar a dimensão política democrática de um projeto para o país que amplie a inclusão econômica e social. Para tanto, é imprescindível um processo amplo e participativo de reformas democráticas na sociedade e no Estado, na supremacia da sociedade sobre os mercados, na eliminação da pobreza, na emancipação dos jovens e das mulheres (e pelo o fim da criminaliza-

ção das que defendem a autonomia de seus próprios corpos), na superação das profundas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, e na conquista da igualdade racial, na relação com o meio-ambiente e na democratização da comunicação. “A política de longo prazo de valorização do salário mínimo, a promoção da agricultura familiar ao patamar de política de desenvolvimento, o amplo programa de moradia popular, ampliação do emprego formal, da renda do trabalho entre outros também precisam continuar”, defende Baez.

Conferência - A Agenda Nacional de Trabalho Decente construída e lançada em maio de 2006, com base em diversos planos governamentais, terá seu desfecho com a realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente. As conferências municipais e estaduais terão início a partir de março de 2011. A etapa nacional acontecerá em maio de 2012. Os temas a serem tratados na Conferência dizem respeito ao conjunto do povo brasileiro.

Dakar será anfitriã do Fórum Social Mundial 2011

O Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (CI/ FSM) aprovou a realização do próximo Fórum Social Mundial em Dakar, no Senegal, de 06 a 11 de fevereiro de 2011. A proposta de Dakar tem apoio de inúmeros movimentos sociais da África e

centrais sindicais. Para os membros do CI será de grande importância a realização do FSM na África, já que a população daquele continente sofre de forma intensa os impactos da crise. Além disso, o Fórum no Senegal deverá pautar temáticas especiais, próprias da região.

De acordo com o site do FSM, a ideia é ampliar os avanços conquistados em Belém, incluindo o foco nas questões ambientais e a mobilização e participação de povos indígenas. O trabalho de mobilização e metodologia será desenvolvido coletivamente, com a cooperação

de diferentes grupos ao redor do mundo.

Inscrições - As inscrições já estão abertas e podem ser nas modalidades individual e organização. Mais informações no site oficial do FSM 2011: <http://fsm2011.org> ou e-mail secretariat@wsf2011.org.

Com apoio dos educadores, APP lutou contra corrupção na Assembleia

Uma das fundadoras do “Movimento Caça Fantasmas da Assembleia Legislativa”, que reuniu representantes do movimento social e sindical, estudantes e educadores, a APP-Sindicato participou de diversas manifestações contra a corrupção na Assembleia. A secretária de Políticas Sociais da APP, Silvana Prestes, enfatiza que a sociedade

saiu às ruas para exigir mais transparência nas ações daqueles que representam o povo, isto é, os parlamentares. “As primeiras manifestações surgiram no final do março, ou seja, logo após as primeiras denúncias da falta de divulgação dos atos da Assembleia pela imprensa. Reportagens de veículos paranaenses revelaram que atos como

a contratação de funcionários fantasmas e o desvio de dinheiro eram ocultados pela ausência de circulação dos Diários, dificultando a fiscalização da Assembleia pela sociedade”, relembra.

O movimento realizou mais de 5 passeatas, reuniu milhares de pessoas, atraiu diversos setores da sociedade e também abriu portas para

o movimento “O Paraná que Queremos”. Este, que é encabeçado pela OAB, reuniu entidades ligadas à indústria e ao comércio, sindicatos patronais e de trabalhadores e centrais sindicais, entre elas a Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR), que já integrava o movimento Caça Fantasmas, além de representantes da sociedade civil.

Categoria acompanha debates sobre Direitos Humanos

Durante todo o ano, entidades de defesa dos Direitos Humanos ampliaram os debates sobre a temática. A APP quer trazer a discussão para a categoria. No II Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos, que aconteceu em 10 e 11 de dezembro, o sindicato acompanhou o tema central do evento, a “Educação Não-Formal”. É mais uma luta da

APP em busca da unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para juntos ampliar as conquistas e aprofundar as mudanças na sociedade à luz do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Segundo a secretária Silvana, o PNDH 3 é alvo de polêmicas e ataques dos setores reacionários da sociedade. “O plano prevê a regulamentação da taxa do imposto sobre grandes fortunas, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o debate sobre a descriminalização do aborto, pesquisas para avaliar os impactos dos transgênicos, entre outros. São temas fundamentais e totalmente interligados com o projeto nacional e popular para o Brasil e que é defendido pelos movimentos sociais. O PNDH 3 traça um novo modelo de desenvolvimento pelo país e está sendo formulado por



Fotos: Assessoria Sen. Flávio Arns

organizações ligadas a setores excluídos da sociedade – negros, mulheres, grupos LGBT, entre outros. A articulação destes ajudou a se criar uma pauta comum que deve ser transformada em políticas públicas.

Foi esse um dos encaminhamentos retirado na audiência pública sobre o PNDH 3, realizada no primeiro semestre no Ministério Público do Paraná com a participação de mais de 80 entidades”.

Defensoria Pública é um direito de todos

A APP alia-se aos movimentos sociais em várias frentes de luta. A participação na Romaria da Terra, no Plebiscito Popular sobre o Limite da Propriedade, na criação da Frente Liberdade e Expressão (Frentex), que é um desdobramento da Conferência de Comunicação e, mais recentemente, na luta pela aprovação do projeto de lei que regulamenta a Defensoria Pública.

O Paraná está atrasado na implementação da mesma. A medida foi proposta há vinte e dois anos, na promulgação da Constituição Federal, mas o Paraná e Santa Catarina são os dois úni-

cos estados que não cumprem a lei maior do país. “A Defensoria que temos no Paraná não está de acordo com o estabelecido na constituição. A defensoria pública é um direito garantido pela constituição de 1988. O estado tem de prestar assistência jurídica à população carente, tem de garantir o direito a um advogado para aqueles que não podem pagar. Precisamos organizar os movimentos sociais para fazer pressão política e implementar a lei que institui a defensoria, de fato, seja neste ou no próximo governo”, convoca Silvana.



Foto: Nani Goes / Imprensa Alep



Foto: Arquivo APP

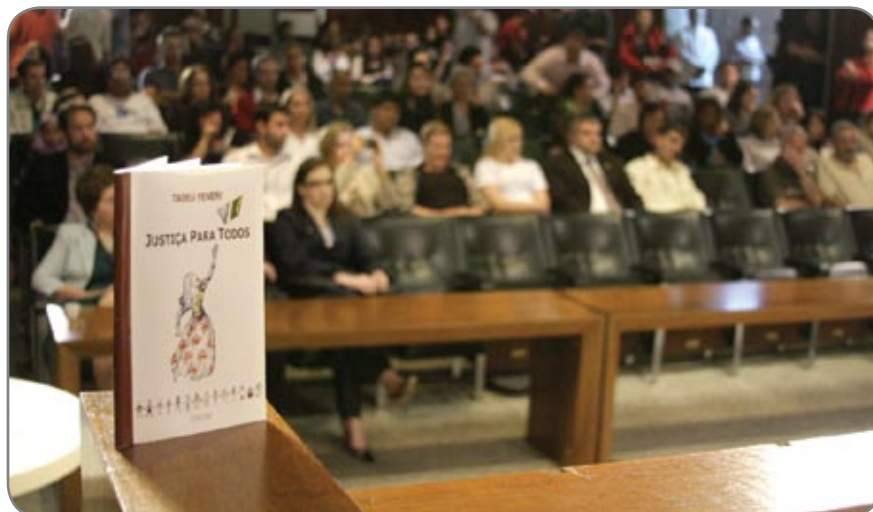


Foto: Nani Goes / Imprensa Alep

Obras da nova sede estão aceleradas

A construção de uma sede própria para o sindicato é uma meta antiga dos sindicalizados e da diretoria da entidade

Setembro de 2011. Esta é a data prevista para a entrega da nova sede estadual da APP-Sindicato. Atualmente, a obra está na fase de fundação. Antes desta etapa, foram feitos o laudo técnico e a construção de uma cortina de concreto no local, para a proteção dos prédios vizinhos.

Para a secretária de Administração e Patrimônio da APP, Clotilde Santos Vasconcelos, a nova sede representa uma grande conquista.

“A construção de uma sede própria é um marco na história da APP. Mais de 60 anos após sua criação, a entidade finalmente terá um espaço

próprio, onde os sindicalizados certamente serão melhor atendidos. O novo prédio contará com auditório, salas de reuniões, salas de aula, enfim, uma grande estrutura para receber a categoria”, comemora.

O terreno adquirido pelo sindicato tem uma área de 1.800 m² e

está situado na avenida Iguaçu, nº 880, bairro Rebouças, em Curitiba. A compra foi aprovada no Plano Orçamentário de 2009 e realizada este ano. “O novo projeto terá espaço para a realização de assembleias, seminários, encontros e outras atividades realizadas pelo sindicato. Além de ajudar a organizar melhor a estrutura da APP, esse investimento contribuirá para reduzir gastos como condomínio, estacionamento, entre outros”, explica o secretário de Finanças Miguel Baez.



Obra está na etapa da fundação

Foto: Valnísia Mangueira



Foto: Valnísia Mangueira

Projeto sendo apresentado a equipe da APP em junho deste ano

Jurídico da APP

A alteração do regime de trabalho (cargo de 40 horas) gerou muito trabalho para o Departamento Jurídico da APP-Sindicato desde o início do ano. Após as negociações, e o suporte do setor, a dobra de padrão foi finalmente implantada em julho de 2010, com efeitos retroativos a fevereiro deste ano. A implantação, porém, ainda trouxe problemas quanto a fixação e lotação dos professores.

Em razão deste impasse, a APP ingressou com uma ação no judiciário, com pedido de liminar, para assegurar a permanência da fixação e lotação dos professores que obtiveram a dobra no mesmo estabelecimento em que já estavam lo-

tados, e a permanência do cumprimento da jornada de 40 horas em dois estabelecimentos de ensino. O Departamento Jurídico aguarda a decisão sobre a liminar.

No ano de 2010 também houve aumento dos processos administrativos. “O que exigiu trabalho dobrado por parte do Departamento Jurídico. A situação também foi agravada pelo fato de a Secretaria de Estado da Educação pretender concluir todos os processos administrativos antes do término da atual administração. Mas apesar dos desafios, celebramos as diversas vitórias obtidas este ano pela categoria”, afirma a advogada Gisele Soares.



Foto: Valnísia Mangueira

Agenda 2011 da APP: adquira a sua!

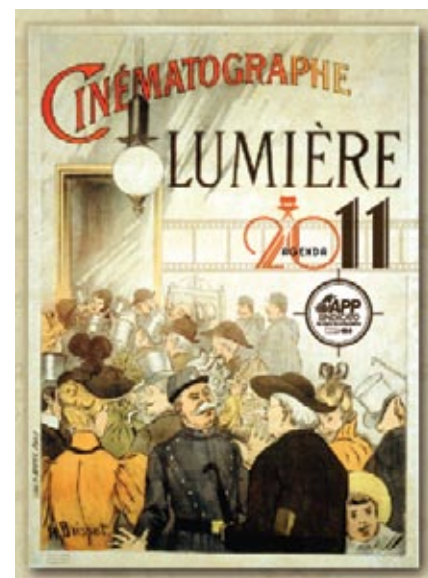
Os interessados em adquirir um exemplar 'Agenda 2011 da APP-Sindicato' podem fazê-lo nos núcleos sindicais, e sede estadual da entidade, ao custo de R\$ 16,00. A nova edição da agenda da APP traz como tema central o cinema militante.

Cada mês é estampado por um filme que retrata "momentos históricos sob um contexto social". Além disso, existem indicações de outras obras em todos os sábados e domingos do calendário.

O lançamento oficial da agenda aconteceu no dia 9 de dezembro, quando foi realizada uma sessão especial de cinema, na Cinemateca de Curitiba, do filme "Terra em Transe", de Glauber Rocha. A capa da agenda apresenta uma ilustração de Henry Brispot, sobre a primeira exibição de cinema em Paris, no final do século 19.



Opção pelo cinema se deu porque, como toda a arte, ele serve tanto para entreter e divertir, mas também para denunciar e fazer refletir



João Bello é atração cultural nas colônias da APP

Os educadores e seus familiares que forem aproveitar as colônias de praia da APP nesta alta temporada, terão mais um motivo para apreciar a estadia: as apresentações do músico, poeta e contador de história João Bello.

O artista fará, no período de 22 de dezembro a 02 de fevereiro, várias apresentações. Na abertura, além de música, malabares, poesia, contação de histórias, dança e magia, o público também poderá participar do sorteio do CD "Segura o Peixe".

Veja a agenda de apresentações:

Itapoá 14h e 20h

23/12 – Quinta-feira
30/12 – Quinta-feira
05/01 – Quarta-feira
11/01 – Terça-feira
17/01 – Segunda-feira
23/01 – Domingo
28/01 – Sexta-feira

Guaratuba 13h40

24/12 – Sexta-feira
31/12 – Sexta-feira
06/01 – Quinta-feira
12/01 – Quarta-feira
18/01 – Terça-feira
24/01 – Segunda-feira
29/01 – Sábado



João Bello: censura livre para crianças de 0 a 100 anos

Dicas de leitura

O livro de poesias **"Beijo Quente Com Chocolate"** é dedicado às mulheres e retrata o amor. O autor Antônio Mendes de Melo é professor de português da rede pública. Mais informações no blog <http://beijoquentecomchocolate.blogspot.com/>

"Aposentadoria do Professor", Aspectos Controvertidos, da escritora Cleci Maria Dartora, está na segunda edição e traz informações sobre vários aspectos da profissão de Professor. O trabalho é fruto dos estudos de Cleci e de sua paixão pelo Direito Previdenciário. Editora Juruá, Curitiba.

Da dedicação da professora Alzira Francisco de Freitas Pirolo, de Mandaguari, nasceu o livro **"Considera-**

ções sobre o Hino Nacional Brasileiro". Para ela, é fundamental que as pessoas entendam o que estão cantando, valorizando a língua portuguesa e a brasilidade. Estrofe por estrofe, ela explica o verdadeiro significado de cada palavra do Hino Nacional.

"Ecos da Floresta", é assinado com o pseudônimo Palmares, e foi escrito pelo professor Luiz Carlos Salamí. Os haicais e poemas do autor são inspirados pela vida no campo e pela natureza. São poesias breves e bem escritas.

O **"Guia dos direitos sociais – A igualdade social e a diferença entre a esquerda e os neoliberais"** é do economista José Prata Araújo. O livro apresenta informações sobre



a legislação social e trabalhista brasileira. José também é autor de **"O Brasil de Lula e o de FHC"**, que tra-

ça um painel atualizado sobre os dois governos. Ambos foram lançados pela Editora Fundação Perseu Abramo.



Boas festas e um ótimo 2011!